

ATA 01/2016

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO
NASCENTES DO PANTANAL

Aos sete (08) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016), no Município de São José dos Quatro Marcos - MT, às 8:30 horas, no auditório da Câmara Municipal, a Secretaria Executiva do Consórcio apurou o quorum, sendo que foram convocados como representantes dos consorciados os Prefeitos e Prefeitas, se fazendo presentes os Prefeitos(as) dos municípios de Araputanga - Sr. Paulo César Alves de Araújo, Curvelândia - Sr. Eli Sanchez Romão, Figueirópolis D'Oeste - Sr. Nilo Cupertino Teixeira, de Jauru - Sra. Enercia Monteiro dos Santos, de Lambari D'Oeste - Sra. Maria Manea da Cruz, de Mirassol D'Oeste - Sr. Elias Mendes Leal Filho, de Porto Esperidião - Sr. Gilvan Aparecido de Oliveira, de Rio Branco - Sr. Antonio Xavier de Araujo, de Salto do Céu o Vice-Prefeito Sr. Mauto Teixeira Espíndola e de São José Dos Quatro Marcos Sr. Carlos Roberto Bianchi, fazendo-se ainda presentes o Secretário Executivo Sr. Dariu Antonio Carniel e servidores do Consórcio. A Presidente Prefeita Maria Manea da Cruz fez a abertura da Assembleia, agradecendo e saudando a todos os presentes. A seguir a presidente juntamente com o Dariu, esclareceram sobre o andamento dos trabalhos, em seguida a presidente fez a leitura da pauta: 1. Apreciação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas do Consórcio no exercício de 2015; 2. Apreciação do **Projeto de Resolução Normativa Nº 29/2016** que altera e consolida o Contrato Consórcio; 3. Apreciação do **Projeto de Resolução Normativa nº 30/2016** que abre crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências; 4. Apreciação **Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA** - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 5. Outro assuntos de momento. Instante que fora aberto espaço para inclusão de pauta. A presidente, Maria Manea da Cruz disse da necessidade da apreciação do Ofício nº 0091/2016-GP/PMC, datado de 05 de fevereiro de 2016 em que requer a exclusão do Município de Cáceres como membro do Consórcio. Incluso também o assunto sobre a modernização da iluminação pública e o dia de campo. Em seguida a Presidente deu início à discussão da Pauta e colocou para apreciação o Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas do Consórcio no exercício de 2015, realizada a leitura do Parecer do Conselho Fiscal que emitiu parecer FAVORÁVEL à aprovação das contas de 2015, a presidente

1/21

colocou em discussão que após poucas intervenções e solicitações de esclarecimentos, foi colocado em votação pela Presidente, tendo sido aprovado pelo Conselho Deliberativo por unanimidade. A seguir foi colocado para apreciação o Projeto de Resolução Normativa nº 30/2016 que abre crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências, que após a leitura pelo Secretário Executivo a Presidente Maria Manea colocou em discussão e em não havendo manifestações colocou em votação, tendo sido aprovado pelo Conselho Deliberativo por unanimidade, conforme segue:

RESOLUÇÃO NORMATIVA 030/2016, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE - RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 026/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIA MANEA DA CRUZ, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico Nascentes do Pantanal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 do Contrato Consórcio;

CONSIDERANDO a necessidade de execução do objeto do Convênio Funasa nº 538/2008 - Implantação de Sistema de Resíduos Sólidos e complementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico;

FAZ SABER, que a Assembleia Geral Ordinária de 08 de Fevereiro de 2016 aprovou e eu sanciono a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Artigo 1º. Fica autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Resolução Normativa nº 026/2015, no valor de **R\$ 287.700,00** (duzentos e oitenta e sete mil e setecentos reais), conforme segue:

01 - CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.01 - Secretaria Executiva

01.01.17.122.0001.1002.0000 **IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES - **R\$ 121.000,00**

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 - PRÓPRIO SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR

4.4.90.52.00 EQUIP E MAT PERMANENTE - **R\$ 101.700,00**

FONTE DE RECURSO: 0.3.24.054000 - CONVENIO UNIÃO SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR

01 - CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.01 - Secretaria Executiva

01.01.17.122.0001.2006.0000 **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PM5B**

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - **R\$ 52.569,67**

FONTE DE RECURSO: 0.3.24.054000 - CONVENIO UNIÃO SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - **R\$ 12.430,33**

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 - PRÓPRIO SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR

Artigo 2º. Para dar cobertura ao disposto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, na forma do Art. 43 da Lei nº 4.320/64.

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR : R\$ 287.700,00

Artigo 3º. Fica autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Resolução Normativa nº 026/2015, no valor de **R\$ 135.000,00** (cento e trinta e cinco mil reais), conforme segue:

01 - CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.01 - Secretaria Executiva

01.01.17.122.0001.2006.0000 **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PM5B**

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - **R\$ 134.000,00**

FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000 - PRÓPRIO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - **R\$ 1.000,00**

FONTE DE RECURSO: 0.1.24.054000 - CONVENIO UNIÃO

Artigo 4º. Para dar cobertura ao disposto no artigo 3º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotação consignada no orçamento vigente, na forma do Art. 43 da Lei nº 4.320/64, conforme segue:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios:

Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D'Oeste, Indaiá, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

CNPJ 08.979.143/0001-07 E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - Site: www.nascentesdopantanal.org.br

"§ 3º - Em caso de retirada ou afastamento, o Ente Consorciado deverá cumprir com todas as obrigações assumidas perante o Consórcio, em especial as obrigações financeiras, até o final do exercício em que foi parte no Termo de Rateio." (Contrato de Consórcio).

Ainda o Decreto 6.017/2007 no § 2º do Artigo 25 diz: "A retirada do Ente Consorciado não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público". O Prefeito Elias disse da necessidade do Consórcio em encaminhar documento apresentando a vantagem de Cáceres em permanecer no Consórcio. Após as deliberações sobre a retirada do município de Cáceres do Consórcio a presidente colocou em votação a homologação da decisão do representante legal do município de Cáceres em se retirar do Consórcio, ato que foi homologado pelo Conselho Diretor por unanimidade. Em seguida o Secretário Executivo disse que a retirada de ente consorciado do Consórcio deve ser ratificado por lei pelos demais entes consorciados. A Presidente também destacou que sobre o débito do município de Cáceres com o Consórcio, referente ao ano de 2015 no Valor de **R\$ 73.864,00** (setenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), já registrado em dívida ativa, deverá ser pago, pois foi constituído quando da celebração do Termo de Rateio nº 01/2014 e é devido como já justificado e em conformidade com o Contrato de Consórcio e legislação vigente. De forma que o Colegiado acabou por decidindo que o Consórcio deve tomar todas as medidas para o recebimento do débito de Cáceres. A seguir a Presidente, Maria Manea da Cruz destacou que quando da celebração do Convênio junto ao Ministério da Integração e Caixa Econômica Federal, fora exigido a apresentação das leis municipais que ratificaram as alterações ocorridas no Protocolo de Intenções, transformado em Contrato de Consórcio, de forma que foi dado um prazo para que o Consórcio possa cumprir com esta exigência. Assim, como será necessário ratificar, mediante lei, todas as alterações do contrato de consórcio, considerou conveniente fazer uma revisão geral antes de submeter às Câmaras Legislativas Municipais, e agora, também com a retirada de Cáceres do Consórcio, reforça esta necessidade. Assim, colocou em apreciação o **Projeto de Resolução Normativa Nº 29/2016** que altera e consolida o Contrato de Consórcio, tendo solicitado a mim, Dário Antonio Carniel que fizesse a apresentação e leitura ao tempo em que já fosse acompanhado, deliberado e ratificado pela Assembleia e ao final colocaria em votação. Assim, feita a leitura e a deliberação dos itens, ao final a Presidente Maria Manea da Cruz colocou em votação, tendo sido aprovado pelo Conselho Deliberativo por unanimidade como segue:

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.

RE-RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONVERTIDO EM CONTRATO DE CONSÓRCIO, CONSOLIDA ALTERAÇÕES ANTERIORES, REORGANIZA, ALTERA E DÁ NOVA FORMATAÇÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO, RELATIVO AOS ENTES CONSORCIADOS E OUTRAS DISPOSITIVOS.

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

ANEXO 002 OFÍCIO
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663
jantoniom@hotm.com
CNPJ nº 08.979.143/0001-07
Fone: 65 3251-1115

NOVO ENDEREÇO

R. Rio de Janeiro nº 1125 - Jd. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

O objeto deste Contrato de Consórcio é a adoção de medidas conjuntas, por todas as partes celebrantes, tendentes à adoção de política integrada voltada para a melhoria da qualidade de vida de seus municípios e do desenvolvimento econômico e social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, constituir-se-á sob a forma de associação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, nos termos da Lei Federal Nº 11.107/2005 e do Decreto Nº 6.017/2007, pelo disposto neste contrato de consórcio, bem como às normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas, admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições legais aplicáveis aos Municípios integrantes deste instrumento.

Parágrafo Único – O Consórcio passa a integrar a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS E FINALIDADE

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, tem por finalidade a congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados, para tanto poderão:

- I- firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;
- II- promover desapropriações, requisições e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público em que o bem ou direito se situe;
- III- ser contratado pela administração direta ou indireta dos Entes da Federação Consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando este contrato.
- IV- estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos associados, através do planejamento institucional, apoiando-os na execução dos serviços administrativos;
- V- estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação municipal, visando a ampliação e melhoria dos serviços locais dos associados;
- VI- defender junto aos Governos Federais, Estaduais, que os serviços públicos de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico, sejam considerados de fundamental importância para a vida da população brasileira;
- VII- colaborar e cooperar com os Poderes Legislativos e Executivos Municipais integrados, na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento e fortalecimento do desenvolvimento econômico, social, ambiental, turístico;
- VIII - promover o desenvolvimento local das políticas econômica, social, ambiental e turística;
- IX - estudar, propor, promover e desenvolver programas e campanhas educativas de educação sanitária e ambiental, turismo, empreendedorismo, responsabilidade social e outras, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;
- X - criar o sistema e arranjos institucionais de cooperação regional, de materiais, equipamentos, serviços e transportes entre os associados, visando a melhoria dos serviços municipais;
- XI - promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados;
- XII - promover gestões junto aos órgãos competentes visando a obtenção de financiamentos para futuras melhorias nos serviços de saúde, saneamento, educação e transporte público na região;
- XIII - desenvolver outras atividades que por sua natureza venham promover o aperfeiçoamento dos serviços públicos, inclusive a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos municípios consorciados;
- XIV - informar a população sobre as questões relevantes para a preservação do meio ambiente, incentivando a criação de mecanismos de controle social através dos conselhos municipais e câmaras temáticas;

ARQUIVO DO 2º OFÍCIO
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663
jandersonjm@hotmail.com
CNPJ 08.979.143/0001-07
Fone: (65) 3251-1451

NOVO ENDEREÇO
R. Rio de Janeiro nº 1125 - JD. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

XV – representar seus consorciados em assuntos de interesse comum, devidamente regulamentado no seu regimento interno e aprovado em Assembleia Geral, e de caráter socioeconômico e ambiental perante qualquer entidade de direito público, direito privado ou internacional.

XVI – realizar o planejamento, a regulação, a fiscalização e, nos termos de contrato de programa, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

XVII – realizar a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

XVIII – realizar licitações compartilhadas das quais haja interesse de dois ou mais municípios consorciados ou entes de sua administração indireta;

XIX – adquirir ou administrar bens para o uso compartilhado dos municípios consorciados.

XX – expedir Resoluções Normativas mediante aprovação da Assembleia Geral, Resoluções Administrativas de competência do Presidente, e Portaria também de competência do presidente, bem como outros atos administrativos, todos numerados em ordem cronológica.

§ 1º – Mediante requerimento do interessado, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso XVI do caput à administração direta de município consorciado.

§ 2º – O Consórcio somente poderá prestar serviços públicos de saneamento básico nos termos de contrato de programa que celebrar com o titular.

§ 3º – O Consórcio somente realizará os objetivos do inciso XVII do caput por meio de contrato, onde estabelecida remuneração compatível com os valores de mercado, a qual, sob pena de nulidade do contrato, deverá ser previamente comprovada. A comprovação constará da publicação do extrato do contrato.

§ 4º – Os bens adquiridos ou administrados na forma do inciso XIX do caput serão de uso somente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma de regulamento da Assembleia Geral. Nos casos de retirada de consorciado ou de extinção do Consórcio, os bens permanecerão em condomínio, até autorização para que seja extinto, mediante ajuste entre os interessados.

§ 5º – Não se incluem entre os mencionados no inciso XIX do caput os bens utilizados pelo Consórcio para a execução de suas atribuições.

CAPÍTULO II DA SEDE, FORO E DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – DA SEDE E FORO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL tem sua sede e foro na cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

Parágrafo Único – Justificadamente e comprovada a vantajosidade econômica e operacional, a sede do Consórcio poderá ser alterada mediante decisão da Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo de duração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL é indeterminado.

CAPÍTULO III DOS ENTES CONSORCIADOS E ABRANGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENTES CONSORCIADOS

Fazem parte deste consórcio os seguintes Municípios:

- I. Município de **ARAPUTANGA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45, com sede administrativa situada à Rua Antenor Mamedes, Nº 911, Centro, na cidade de Araputanga;
- II. Município de **CURVELÂNDIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.217.647-0001-20, com sede administrativa situada à Rua São Bernardo, Nº 523, Centro, na cidade de Curvelândia – MT;
- III. Município de **GLÓRIA D'OESTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.464.955/0001-00, com sede administrativa situada à Av. dos Imigrantes, Nº 2000, Centro, na cidade de Glória D'Oeste – MT;
- IV. Município de **INDIAVAÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.239.027/0001-20, com sede administrativa situada à Rua Presidente Getúlio Vargas, Nº 650, Centro, na cidade de Indaiavai – MT;
- V. Município de **LAMBARÍ D'OESTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.465.408/0001-49, com sede administrativa situada à Rua Cidrolândia, Nº 3.136, Centro, na cidade de Lambari D'Oeste – MT;

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663

- antoniojg@bolmail.com

CNPJ 00.332.163/0001-71

Fone: (65) 3251-1451

São José dos Quatro Marcos - MT

NOVO ENDEREÇO

R. Rio de Janeiro nº 1125 - Jd. Santa Maria

CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

- VI. Município de **MIRASSOL D'OESTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.755.477/0001-75, com sede administrativa situada à Rua Antonio Tavares, Nº 3.310, Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste – MT;
- VII. Município de **PORTO ESPERIDIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.238.904/0001-48, com sede administrativa situada à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº 444, Centro, na cidade de Porto Esperidião – MT;
- VIII. Município de **RESERVA DO CABAÇAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.367.788/0001-31 com sede administrativa situada à Av. Mato Grosso, Nº 221, Centro, na cidade de Reserva do Cabaçal – MT;
- IX. Município de **RIO BRANCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.023.997/0001-72, com sede administrativa situada à Av. Cerejeiras, nº 90, Bairro Fidelândia, na cidade de Rio Branco – MT;
- X. Município de **SALTO DO CÉU**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.024.011/0001-89, com sede administrativa situada à Rua Carlos Laet, Nº 11, na cidade de Salto do Céu – MT;
- XI. Município de **SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.024.029/0001-80, com sede administrativa situada à Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, Nº 539, Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT;
- XII. Município de **JAURU**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.023.948/0001-30, com sede administrativa situada à Rua do Comércio, Nº 480, Centro, na cidade de Jauru – MT;
- XIII. Município de **FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.367.762/0001-93, com sede administrativa situada à Rua São Paulo nº 236, Centro, na cidade de Figueirópolis D'Oeste – MT.

§ 1º - A admissão do ente no consórcio público dependerá da aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - Dependerá de alteração do contrato de consórcio público o ingresso de ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ABRANGÊNCIA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL atuará na Região do Complexo Nascentes do Pantanal, sendo que os Municípios envolvidos em suas ações são os citados nos incisos da Cláusula Sexta deste contrato de consórcio, sendo a soma de suas territorialidades a abrangência do mesmo.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA OITAVA – DOS ESTATUTOS E NORMATIVAS

O Consórcio será organizado por estatutos e normativas cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Contrato de Consórcio.

Parágrafo Único - Os estatutos e Resoluções Normativas e Administrativas poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do consórcio.

**CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS**

CLÁUSULA NONA – DOS ÓRGÃOS

O Consórcio é composto dos seguintes Órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Presidência;
- IV - Conselho Fiscal;

Parágrafo Único - O Estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos, vedada a criação de empregos públicos e funções gratificadas.

Seção I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembleia Geral, instância máxima deliberativa, é constituída por todos os consorciados com direito a voto e suas decisões são irrecorríveis.

PARTE DO 2º OFÍCIO

NOVO ENDEREÇO

R. Rio de Janeiro nº 1125 - JD. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios:

Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

CNPJ 08.979.143/0001-07 E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - Site: www.nascentesdopantanal.org.br

§ 1º - Os consorciados serão representados pelos seus dirigentes máximos (Prefeitos) ou por suplentes previamente credenciados junto ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

§ 2º - O suplente será obrigatoriamente o Vice-Prefeito do Município consorciado ou quem estiver no exercício de suas funções.

§ 3º - O voto é único para cada um dos entes consorciados independentemente do valor do contrato de rateio, votando os suplentes, apenas e tão somente na ausência do seu titular, sendo vedado o voto por procuração.

§ 4º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nas eleições e nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a Ente Consorciado.

§ 5º - O presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

Poderão participar da Assembleia Geral:

I - consorciados efetivos com direito a voto;

II - personalidades representativas, desde que aprovadas pela Assembleia Geral, sem direito a voto;

III - cidadãos locais poderão participar das assembleias, sem direito a voto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS REUNIÕES

A Assembleia Geral poderá ser Ordinária ou Extraordinária.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá no mínimo duas vezes ao ano e será realizada preferencialmente na Sede do Consórcio, observadas as normas do Estatuto.

§ 2º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas sempre que convocada, sendo que na primeira reunião anual será definido o calendário das demais reuniões, especificando a data, horário, local.

§ 3º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que houver matéria importante para ser deliberada, a pedido do Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, da Diretoria Executiva ou a pedido de três consorciados, observado o disposto nos estatutos.

§ 4º - O pedido dos consorciados para convocação da Assembleia Geral Extraordinária, deverá ser formalizado e devidamente justificado, junto a Secretaria Executiva, que o encaminhará ao Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL para encaminhamento das providências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONDUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral será aberta pelo Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, e sua mesa diretora será presidida pelo mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO QUÓRUM

O "quórum" exigido para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação é de no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais um dos consorciados efetivos.

§ 1º - Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e em segunda convocação se realizará, 1 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número dos consorciados.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos sócios efetivos, ou seja, no mínimo 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos consorciados efetivos.

§ 3º - Na abertura de cada reunião da Assembleia Geral, a Ata da reunião anterior, será submetida à aprovação do Plenário.

§ 4º - A Diretoria Executiva executará ou fará executar as deliberações da assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Subseção I

Das Competências

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Compete à Assembleia Geral:

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

- I - deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos do Consórcio;
- II - deliberar sobre os planos gerais e programas a serem executados pelo Conselho Diretor;
- III - aprovar o relatório anual e a prestação de contas anual do Conselho Diretor;
- IV - reformular ou alterar o Contrato de Consórcio e outras Normativas;
- V - aprovar anualmente as contribuições dos sócios, e as transferências de recursos às Seções Regionais, se houver;
- VI - Deliberar sobre a dispensa de licitação de serviços ao consórcio, quando houver medidas urgentes e relevantes a serem tomadas;
- VII - estabelecer a orientação superior do Consórcio, recomendando o estudo de solução para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos consorciados;
- VIII - eleger ou destituir e dar posse aos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- IX - deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos consorciados.
- X - deliberar no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício anterior, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal da Assembleia Geral;
- XI - aprovar o orçamento consolidado para o exercício seguinte, com base nas propostas orçamentárias e nos programas anuais de atividades apresentados pelas Seções Regionais, se houver, e pelo Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, "ad referendum" da Assembleia Geral, bem como aprovar os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio e outras receitas;
- XII - autorizar a realização de despesas extra orçamentárias, "ad referendum" da Assembleia Geral;
- XIII - examinar e pronunciar-se sobre os pareceres do Conselho Fiscal;
- XIV - celebrar através da Presidência, com anuência do Conselho Fiscal, contratos, convênios, termos aditivos e outros instrumentos;
- XV - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, bem como as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- XVI - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo;
- XVII - criar e extinguir Comissões Especiais, bem como nomear, substituir e dispensar membros destas Comissões;
- XVIII - além das competências já nominadas, aprovar:
 - a) a realização de operações de crédito;
 - b) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;
 - c) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;
 - d) planos e regulamentos dos serviços públicos de saneamento ambiental e
 - e) aprovar a celebração de contratos de programa.
- XIX - propor a criação do fundo especial de universalização dos serviços de saneamento básico, formado com recursos provenientes de preços públicos, de taxas, de subsídios simples ou cruzados internos, bem como de transferências voluntárias da União ou, mediante contrato de rateio, de ente consorciado;

**Subseção II
Das Atas**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS REGISTROS

Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

- I. por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante;
- II. de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;
- III. a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

10/21

§ 2º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e pelos representantes dos consorciados participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até quinze dias, publicada no sítio que o Consórcio mantém na rede mundial de computadores – Internet.

Parágrafo Único - Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

Seção II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e respectivo Suplente, e Tesoureiro e respectivo Suplente..

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva não têm direito a remuneração de qualquer espécie pelo desempenho de suas funções.

§ 2º - Extinguir-se-á o mandato do membro titular que não comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) alternadas sem justificativa.

§ 3º - Declarado extinto o mandato, integrará a Diretoria Executiva como titular o respectivo suplente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em caso de eleições gerais municipais, ou outra situação que provoque o afastamento de um número significativo de membros do Conselho Diretor, por renúncia ou por impossibilidade prática de cumprimento do mandato, que impossibilite a continuidade das atividades da entidade, fica delegado ao Conselho Diretor incorporar pessoas representantes de sócios efetivos, ou sócios participantes individuais, para a formação de um Conselho Diretor Interino, com os poderes do Conselho Diretor e com a função de reestruturar a direção da entidade e promover o processo de eleição de um novo Conselho Diretor, permitido inclusive a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

Seção III

DO PRESIDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

São atribuições do Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL:

I - representar ativa e passivamente, na esfera judicial ou, administrativa ou, extrajudicialmente e administrativamente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e seus Consorciados, para tratar de assuntos exclusivos do objeto deste consórcio, perante outras esferas de Governo, podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores, podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Secretário Executivo mediante decisão do Conselho Deliberativo;

II - zelar pelo cumprimento do Contrato de Consórcio e Normativas;

III - encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações dos consorciados;

IV - convidar representantes dos órgãos públicos ou privados e profissionais liberais para participarem dos grupos de trabalho constituídos pela Presidência;

V - firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas, com anuência da Diretoria Executiva;

VI - aprovar a contratação e estabelecer níveis de remuneração dos empregados do Consórcio, contratados na forma da legislação trabalhista, com a anuência dos demais membros da Diretoria Executiva;

VII - solicitar, mediante pedido fundamentado, que sejam postos à disposição do consórcio os servidores dos Entes Consorciados e de outros órgãos da Administração Pública;

VIII - autorizar o pagamento e movimentar recursos financeiros do Consórcio por meio de cheques bancários nominais ou ordens bancárias, inclusive eletrônica, que assinará em conjunto com o Tesoureiro ou Secretário Executivo com autorização do Conselho Deliberativo;

IX - gerir o patrimônio do Consórcio;

X - convocar a Assembleia Geral nos termos do Contrato de Consórcio;

11/21



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios:

Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D'Oeste, Indaiá, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

CNPJ 08.979.143/0001-07 E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - Site: www.nascentesdopantanal.org.br

- XI - receber as proposições dos Entes Consorciados para posterior encaminhamento à Assembleia Geral;
- XII - preparar a agenda de trabalho da Assembleia Geral;
- XIII - fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- XIV - prestar contas à Assembleia Geral, na primeira reunião de cada ano, por meio de balanço e de relatório de sua gestão administrativa e financeira do exercício anterior com o parecer do Conselho Fiscal;
- XV - elaborar o Relatório Geral das Atividades;
- XVI - desempenhar outras atividades afins.

§ 1º - Só poderá ser Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL o Prefeito, obrigatoriamente, de um dos Municípios consorciados, cuja duração do mandato será de 02 anos.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Secretário Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do presidente.

Seção IV

DO VICE-PRESIDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VICE-PRESIDENTE

O Vice-Presidente é eleito dentre os representantes consorciados com votação simples para preenchimento do cargo quando da eleição da Diretoria Executiva;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE

Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL nas suas ausências e impedimentos e sucedê-lo na sua vacância;
- II - assistir o Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL na gestão cotidiana do Consórcio;
- III - coordenar as comissões organizadoras das Assembleias Gerais;
- IV - acompanhar os serviços da Secretaria Executiva;
- V - preparar as minutas dos relatórios anuais das atividades realizadas;
- VI - coordenar o controle do pagamento das contribuições dos consorciados à entidade;

Seção V

DO TESOUREIRO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TESOUREIRO

Art.25 - O Tesoureiro é membro representante dos consorciados que responderá pelas finanças do consórcio e sua manutenção econômico financeira.

Parágrafo Único - O Tesoureiro será eleito junto com o seu Suplente, quando da eleição da Diretoria Executiva;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO TESOUREIRO

Compete ao Tesoureiro zelar pela vida financeira e patrimonial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL em perfeita articulação com a Diretoria Executiva. São ainda, atribuições do Tesoureiro:

- I - assinar em conjunto com o Presidente os cheques e recebimentos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL;
- II - coordenar as atividades da Tesouraria da entidade;
- III - elaborar em conjunto com o Contador e Secretário Executivo o balanço anual para exame e aprovação do Conselho Deliberativo, com prévio parecer do Conselho Fiscal;
- IV - elaborar em conjunto com o Contador e Secretário Executivo proposta orçamentária anual para exame e aprovação do Conselho Deliberativo;
- V - identificar formas de captação de recursos para a entidade;
- VI - mensalmente, com auxílio do Contador, o Tesoureiro elaborará os balancetes do Consórcio;
- VII - quando for o caso, no primeiro bimestre de cada ano, receberá os balanços gerais do ano anterior do Tesoureiro anterior;

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

NOVO ENDEREÇO
R. Rio de Janeiro nº 1125 - Jd. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

UFFPA - UNIV. FEDERAL DO PANTANAL
FAC. DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
DEPT. DE MATEMÁTICA
PROF. DR. CARLOS CARDOSO, 663
av. Siqueira Campos, 100 - Jd. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

**Seção VI
DO CONSELHO FISCAL**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA COMPOSIÇÃO

O Conselho Fiscal é composto por três membros que exercerão funções de Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

§ 1º - Os Membros do Conselho Fiscal serão eleitos dentre os representantes dos consorciados e definirão as funções de Presidente, primeiro e segundo Secretário entre os eleitos.

§ 2º - Os Membros do Conselho Fiscal serão eleitos quando da eleição da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da vida financeira e patrimonial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL entre outras atribuições:

I - em qualquer tempo, verificar a situação da contabilidade do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, requerendo, se julgar necessário, a reunião da Diretoria Executiva ou a convocação da Assembleia Geral;

II - anualmente, no primeiro bimestre, emitir parecer sobre as contas anuais do exercício anterior e submetê-lo a apreciação da Assembleia Geral;

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

**CAPÍTULO III
DOS MANDATOS E DA ACUMULAÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOS MANDATOS

O mandato dos membros eleitos para o preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL é de 02 (dois) anos, prorrogável por iguais períodos mediante eleição.

§ 1º Excluída as excepcionalidades, o mandato dos eleitos tem início no dia 1º de janeiro e encerram-se com o exercício fiscal no dia 31 de dezembro.

§ 2º É vedada a acumulação de funções nos Conselhos e Diretoria do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

**CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ELEITORAL**

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO VOTO

As eleições para preenchimento dos cargos de membros da Diretoria Executiva e do Conselheiro Fiscal serão realizadas pelo voto direto.

§ 1º - Para a eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal votarão todos os consorciados efetivos.

§ 2º - Cada consorciado efetivo terá direito a um voto, independentemente do valor do contrato de rateio.

§ 3º - Para efeito de eleição, não será aceito qualquer tipo de documento enviado, via fax ou correio eletrônico.

§ 4º - O consorciado efetivo não poderá ser representado por procuração por qualquer outro, que não seja o seu suplente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS ELEIÇÕES

As eleições para preenchimento dos cargos de membros da Diretoria Executiva e do Conselheiro Fiscal serão realizadas em Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim, preferencialmente no mês que antecede o término do mandato dos membros em exercício.

§ 1º - Excepcionalmente, quando da realização das eleições gerais para o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito, o ente consorciado será representado na Assembleia Geral Ordinária das eleições, pelo Prefeito eleito e Diplomado, cujo suplente será o Vice-Prefeito eleito e Diplomado.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios:

Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

CNPJ 08.979.143/0001-07

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - Site: www.nascentesdopantanal.org.br

§ 2º - As eleições serão regulamentadas em cada mandato, por meio de regulamento específico elaborado pela Diretoria Executiva, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência e divulgado para todos os consorciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS CANDIDATURAS

Poderá se candidatar a cargos da Diretoria Executiva do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL qualquer representante de consorciado adimplente, independentemente do valor do contrato de rateio.

Parágrafo Único - A inscrição para candidato a membro titular deverá ser feita conjuntamente com a inscrição de seu suplente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA COORDENAÇÃO DAS ELEIÇÕES

As eleições e as apurações serão coordenadas por um dos representantes de consorciado indicado pela Presidência, e pela Secretaria Executiva do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA POSSE DOS ELEITOS

Concluídas as apurações, a Assembleia Geral proclamará o resultado e dará posse imediata aos membros titulares e suplentes eleitos, para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

Parágrafo Único - Na hipótese da realização das eleições em período anterior ao término do mandato dos membros em exercício, os eleitos serão empossados automaticamente no primeiro dia do mandato para o qual foram eleitos.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTO ANUAL

O ano social e o exercício financeiro coincidem com o ano civil.

§ 1º - O Consórcio deve possuir orçamento anual, estruturado em dotações, e aprovado em Assembleia Geral.

§ 2º - A Diretoria Executiva, por intermédio da Secretaria Executiva do Consórcio deverá enviar aos Entes Consorciados, até o final do mês de agosto de cada ano, a previsão orçamentária para o exercício seguinte.

CAPÍTULO II

DOS DISPOSITIVOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Poder Executivo Municipal dos Municípios membros destinarão recursos financeiros necessários para o cumprimento do contrato de rateio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei nº. 11.107/2005 e Decreto nº. 6.017/2007.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

ARQUIVO DO 2º OFÍCIO
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663
Araputanga - MT
CNPJ 08.979.143/0001-07
Fone: (65) 3251-1451

NOVO ENDEREÇO

R. Rio de Janeiro nº 1125 - Jd. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios:

Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D'Oeste, Indaiavai, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

CNPJ 08.979.143/0001-07

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - Site: www.nascentesdopantanal.org.br

rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar, nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

§ 6º. Os Contratos de Rateio, de Programa ou Prestação de Serviço, estabelecerão a forma de pagamento, com a previsão de incidência correção monetária, multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês sobre o valor da parcela vencida e não paga no prazo estipulado.

§ 7º. Os valores devidos pelos Entes Consorciados, não pagos dentro do exercício, serão inscritos em Dívida Ativa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO RATEIO PARA MANUTENÇÃO

O critério técnico adotado para o rateio das despesas gerais e manutenção do Consórcio visando o cumprimento de todas as suas funções será atribuído proporcionalmente ao equivalente do Valor Total do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) do Município Consorciado.

§ 1º - O valor a ser rateado para as despesas gerais e manutenção do Consórcio será definido na Assembleia Geral em consonância com a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Os consorciados contribuirão com no mínimo 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento) do total das despesas de manutenção do Consórcio.

§ 3º - Nenhum dos consorciados contribuirá com mais de 15% (quinze por cento) do total das despesas de manutenção do Consórcio.

§ 4º - O rateio de que trata o caput deste não se refere a projetos ou serviços, cujo rateio será realizado em comum acordo entre os consorciados participantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL poderá ter outras fontes de recursos:

I - Os consorciados contribuirão com parte de seus orçamentos;

II - Importâncias resultantes de acordos ou convênios por ela firmados;

III - subvenções e auxílios oriundos de dotações orçamentárias municipais, estaduais ou federais e de entidades públicas;

IV - quaisquer doações ou legados que lhe sejam destinados por escritura pública ou lei;

V - outros rendimentos que lhe caibam por via contratual legal ou judicial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA CONTABILIDADE

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL manterá contabilidade na sua sede administrativa.

§ 1º - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um seus titulares.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no site que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DAS CONTAS BANCÁRIAS

As contas bancárias do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL serão movimentadas pelo Presidente e pelo Tesoureiro, ou por seus substitutos na forma deste Contrato.

§ 1º - Em caso de outorga de procuração para operações financeiras, esta deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Executivo.

§ 2º - As contas bancárias serão sempre fiscalizadas e auditadas pelo Conselho Fiscal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS CONTAS E BALANÇOS DO CONSÓRCIO

Examinadas e aprovadas as contas do exercício anterior pelo Conselho Fiscal estas serão encaminhadas para a Assembleia Geral, cuja aprovação das contas eximirá os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de qualquer responsabilidade.

Parágrafo Único - Deverá ser remetido anualmente o Relatório Geral de Atividades do Consórcio aos seus consorciados, bem como seguir as normas aplicáveis na prestação de contas ao Tribunal de Contas.

15/21

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

ARQUIVO DO 2º OFÍCIO
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663
Jardim dos Pinheiros
CNPJ 00.332.163/0001-71
Fone: 65 3251-1115
São José dos Quatro Marcos - MT

NOVO ENDEREÇO
R. Rio de Janeiro nº 1125 - Jd. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS JURÍDICOS

A Diretoria Executiva poderá contratar serviços jurídicos especializados, desde que precedido da anuência da Assembleia Geral, a fim de se dar cobertura jurídica correta as atividades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, respeitando o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

TÍTULO V

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES PARA QUE O CONSÓRCIO PÚBLICO CELEBRE CONTRATO DE GESTÃO OU TERMO DE PARCERIA

(art. 5º, inciso XI do Dec. 6.017/2007)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATO DE GESTÃO OU TERMO DE PARCERIA

É condição para que o consórcio público celebre contratos de gestão ou termos de parcerias a existência de limite orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pelo mesmo Conselho.

Parágrafo Único - As contratações serão precedidas de cotação prévia de preços, observada a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores), e demais legislação pertinente.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

(art. 5º, inciso XII do Dec. 6.017/2007)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO

Este consórcio público terá como responsabilidade e fica autorizado para a execução das seguintes atividades:

- I. **Obras e Infraestrutura** (conservação de estradas vicinais, guias e sarjetas, produção de blocos de concreto, tubos de concreto e outras atividades similares e assemelhados);
- II. **Educação** (organização de cursos profissionalizantes, formação e capacitação de professores);
- III. **Produção agrícola e abastecimento alimentar** (viveiro de produção de mudas, produção de alimentos para merenda escolar, varejões e fomento a produção agropecuária);
- IV. **Cultura** (realização de lançamentos de livros, peças teatrais, elaboração de calendário regional de cultura, construção de teatros, casas culturais);
- V. **Informática** (sistemas de geoprocessamento, sistemas de gerenciamento de tributos comuns, redes regionais, provedores e outros do gênero);
- VI. **Planejamento** (planejamento regional na área de atuação do consórcio, planejamento de recursos hídricos, planejamento regional de abastecimento de água, planejamento regional de saneamento, planejamento para destinação final de resíduos);
- VII. **Proteção ambiental** (gestão de recursos hídricos, viveiros, mudas, reposição de mata ciliar, manejo de bacias hidrográficas, destinação final de resíduos sólidos, centros de educação ambiental, emissão de licença ambiental de pequeno impacto);
- VIII. **Turismo** (elaboração de planos regionais, formação de agentes locais de turismo, calendários regionais, turismo regional, capacitação da equipe de turismo nos municípios, redes hoteleiras, etc);
- IX. **Desenvolvimento rural sustentável** (políticas articuladas de desenvolvimento agropecuário, agroindustrial, conservação ambiental, agricultura familiar, produção e abastecimento, serviço de assistência técnica e assessoramento, etc);
- X. **Assistência social** (capacitação de agentes sociais, capacitação de conselheiros, programas regionais de desenvolvimento social da região, prestação de serviços sociais);
- XI. **Saneamento Básico** (saneamento ambiental, saneamento básico, contratação da prestação de serviços de abastecimento de água por parte dos municípios; Construção, manutenção e operação pública de estações de tratamento e a disposição final de esgotos sanitários de interesse de mais de um município; Construção,

17/21

End.: Rua dos Estados, n.º 657 - Ed. Terminal Rodoviário - Sala 06 - Jd. Santa Maria

Fone/Fax: 65 3251-1115 Cel.: 65 9973-5078 - CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos - MT

UNIO DO 2º OFÍCIO
Av. N. Guiné, P. Cardoso, 663
Cidade de São José dos Quatro Marcos - MT
Fone: 65 3251-1115

NOVO ENDEREÇO

R. Rio de Janeiro nº 1126 - JD. Santa Maria
CEP: 78.285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT

manutenção e operação pública de aterros sanitários ou outras unidades adequadas para destinação de resíduos sólidos para atender a mais de um município; controle da qualidade da água para consumo humano de sistemas de abastecimento de água para mais de um município; construção, manutenção e operação pública de unidades destinadas à produção de água para mais de um município; construção, manutenção e operação de obras e serviços de manejo de águas pluviais urbanas de interesse de mais de um município; Contratação de Consultores e Assessoria Técnica em Saneamento Básico);

XII. Resíduos sólidos (aterros sanitários, gestão dos resíduos sólidos, organização de catadores de lixo, comercialização dos resíduos sólidos, limpeza urbana);

XIII. Máquinas, equipamentos e material de consumo e expediente (compras de máquinas, equipamentos e material de consumo e expediente para atender aos municípios consorciados, no todo ou em parte deles)

§ 1º - A gestão associada autorizada no caput refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação dos serviços.

§ 2º - O Contrato de programa poderá autorizar o Consórcio a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados pelo próprio Consórcio ou pelos entes consorciados.

§ 3º - O cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados na prestação de serviços do CONSÓRCIO deverá ter como referência as planilhas oficiais de prestação de serviço.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

É responsabilidade do consórcio contratar serviços especializados para a realização de suas atividades, bem como realizar concessão, permissão e autorizar a prestação de serviços, considerando a legislação vigente em nosso país e desde que seja previamente aprovado em Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA

As condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de figurar como contratante o consórcio público, estarão estabelecidas em contrato a ser firmado com o contratado.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO PATRIMÔNIO

O patrimônio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, será constituído pelos bens a ele incorporados.

§ 1º - Havendo superávit na apuração dos resultados, será o mesmo incorporado ao patrimônio do Consórcio, não havendo, sob qualquer hipótese, distribuição de lucro entre os membros dos Conselhos Diretores ou consorciados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES DO PATRIMÔNIO

É expressamente proibida a utilização do patrimônio do consórcio para fins não previsto neste Contrato de Consórcio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA CESSÃO DE BENS

Os entes consorciados poderão ceder bens móveis e imóveis, respeitada a sua legislação própria, devendo ser devolvidos em caso de extinção do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL".

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DA ALIENAÇÃO

Nenhum bem pertencente ao consórcio poderá ser alienado sem expressa autorização da Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA

Os bens particulares dos membros dos consorciados, não respondem pelas obrigações do consórcio, exceto em caso de comprovação de improbidade administrativa por parte de algum membro.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA DISSOLUÇÃO DO CONSÓRCIO

A dissolução do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL somente será efetivada em Assembleia Geral.

18/21

Extraordinária, especialmente convocada para este fim, por metade mais um dos consorciados efetivos, devendo todos eles estarem cumprindo fielmente suas obrigações.

Parágrafo Único – Os bens destinados ao Consórcio Público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

A alteração ou a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º – Em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 2º – Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – DA RETIRADA DE ENTE CONSORCIADO

A retirada do Ente Consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

§ 1º – Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

§ 2º – A retirada do Ente Consorciado não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

§ 3º – A formalização da solicitação de retirada ou mesmo de afastamento do Ente Consorciado do Consórcio terá seus efeitos apenas para o exercício seguinte ao da solicitação, devendo ser protocolado junto a Secretaria Executiva antes da elaboração da previsão orçamentária para o exercício seguinte, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 35 do Contrato Consórcio.

§ 4º – Em caso de retirada ou afastamento, o Ente Consorciado deverá cumprir com todas as obrigações assumidas perante o Consórcio, em especial as obrigações financeiras, até o final do exercício em que foi parte no Termo de Rateio.

§ 5º – O Retorno do Ente Consorciado ao seio do Consórcio se dará de forma simplificada mediante formalização junto a Presidência desde que não tenha ocorrido alteração do contrato consórcio.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – DA EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

A exclusão de Ente Consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º – Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, considera-se justa causa a constatação dos seguintes fatos no âmbito do ente consorciado:

I - a não inclusão em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se, devam ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio que, a juízo da maioria da Assembleia Geral, tenha objetivos iguais, assemelhadas ou com o presente Protocolo de Intenções;

III - a inadimplência que impeça a celebração de convênios, contratos de repasse e assemelhados; com a União, Estado e outros. Caso em que será excluído temporariamente.

§ 2º – A exclusão, de que trata o caput do artigo, será decidida pela Assembleia Geral, convocada e instalada na forma deste Contrato, por maioria dos consorciados adimplentes, sendo assegurado o exercício do contraditório e da defesa ampla.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – DO GOZO DOS BENEFÍCIOS

O ente consorciado excluído, não poderá gozar de qualquer benefício próprio de ente consorciado, inclusive aqueles oriundos de transferências voluntárias, celebrados no período em que estiver excluído temporariamente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – DA REINTEGRAÇÃO

Comprovada a Regularização do motivo que deu causa a exclusão do ente consorciado, este será reintegrado por ato da Presidência do Consórcio.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA – DA EXIGÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Qualquer consorciado que estiver adimplente com suas obrigações perante o consórcio, poderá a qualquer tempo exigir o cumprimento das cláusulas do contrato do consórcio público.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – DA ADESÃO AO CONSÓRCIO

Outros Municípios poderão aderir ao consórcio mediante pedido formal do Prefeito Municipal acompanhado da Lei autorizativa e após a aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Dependerá de alteração do contrato de consórcio público o ingresso de ente da Federação, devendo ser ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

O Consórcio deverá obedecer ao princípio da publicidade, no sentido de tornar públicas suas decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, as que digam respeito à admissão de pessoal, permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente Contrato de Consórcio serão decididos pela Diretoria Executiva, "ad referendum", da Assembleia Geral, Lei de Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

O presente Contrato de Consórcio Público será publicado em órgão oficial da imprensa e devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos, revogadas as disposições em contrário.

Atualizado em:

São José dos Quatro Marcos-MT, 02 de fevereiro de 2016.

PAULO CÉSAR ALVES DE ARAÚJO
Araputanga

ELI SANCHEZ ROMÃO
Curvelândia

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Figueirópolis D'Oeste

NILTON BORGES BORGATO
Glória D'Oeste

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS
Indaiavai

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Jauru

MARIA MANEA DA CRUZ
Lambari D'Oeste

ELIAS MENDES LEAL
Mirassol D'Oeste

GILVAN APARECIDO DE OLIVEIRA
Porto Esperidião

TARCÍSIO FERRARI
Reserva do Cabaçal

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO
Rio Branco

WEMERSON ADÃO PRATA
Salto do Céu

CARLOS ROBERTO BIANCHI
São José dos Quatro Marcos

Após a aprovação do Contrato de Consórcio, o Secretário Executivo destacou a necessidade de todos os municípios consorciados ratificar, mediante lei, as alterações do contrato de consórcio, e que nos próximos dias haverá de encaminhar a minuta do projeto de lei. Em seguida o Prefeito Elias falou sobre o dia de campo, integração lavoura-pecuária que ocorrerá em Mirassol no dia 04 de março que é uma parceria do Consórcio, Município e Sindicato Rural. Reforçou a importância da presença dos prefeitos. A seguir a

20/21

Coordenadora de Cadeia Produtiva do Consórcio, Elizene Vargas Borges falou do trabalho para a legislação do SIM e da descentralização de licenças e da parceria com a WWF-Brasil. Na sequência a presidente convidou o Sr. Wilson V. da Silva Pereira Filho, representante do IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal para apresentar o **Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA**, que ao final se colocou à disposição para trazer os benefícios para os municípios do Consórcio de forma gratuita. Na sequência o Sr. Danilo Bastos foi convidado para falar da possibilidade da constituição de uma PPP-Parceria Público Privada para a modernização da iluminação pública dos municípios. De forma que foi sugerido realizar os estudos de viabilidade prevendo a futura constituição da PPP. Ao final o colegiado de prefeitos autorizou a realização dos estudos técnicos via Consórcio visando a modernização da iluminação pública, devendo o Consórcio adotar todas as medidas cabíveis e legais para provimento do projeto. Em nada mais havendo a tratar a presidente Maria Manea da Cruz agradeceu a todos e deu por encerrada a Assembleia ordinária. E coube a mim, Danu Antonio Carniel, lavrar a presente Ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim e por todos os Prefeitos presentes na Assembleia.

MARIA MANEA DA CRUZ
Presidente

PAULO CÉSAR ALVES DE ARAÚJO
Araputanga

ELIAS MENDES LEAL
Mirassol D'Oeste

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Jauru

GILVAN APARECIDO DE OLIVEIRA
Porto Esperidião

ELI SANCHEZ ROMÃO
Curvelândia

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA
Vice-Prefeito de Salto do Céu

CARLOS ROBERTO BIANCHI
São José dos Quatro Marcos

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO
Rio Branco

LINO TEIXEIRA CUPERTINO
Figueirópolis D'Oeste

TARCÍSIO FERRARI
Reserva do Cabaçal

ARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 663

antoniosqm@hotmail.com

CNPJ 08.332.163/0001-71

Fone: 65) 3251-1451

São José dos Quatro Marcos - MT

21/21

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 953 - Centro

Protocolo: 2183

Averbção: AV0612.138

Fls. nº 005 vº Livro nº A-002


S. J. dos Quatro Marcos - MT. 06.05.16

Maria Celi de Lima Ferreira

Maria Celi de Lima Ferreira
Notária e Registradora

2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Estado de Mato Grosso - Poder Judiciário - Cid. Serrote: 168 - Atlas de Notas e Registro
Tabelião: Maria Celi de Lima Ferreira
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 953 - Centro - São José dos Quatro Marcos - MT - CEP: 3251-1451 Consultar: www.tj.mt.gov.br/selos

Ato de Notas e Registro

Selo Digital ATD 79173  Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107, 108

Emol.: R\$ 95,00 ISSQN: R\$ 4,75

Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

Maria Celi de Lima Ferreira
Notária e Registradora

EM BRANCO

2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Estado de Mato Grosso - Poder Judiciário - Cid. Serrote: 168 - Atlas de Notas e Registro
Tabelião: Maria Celi de Lima Ferreira
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 953 - Centro - São José dos Quatro Marcos - MT - CEP: 3251-1451 Consultar: www.tj.mt.gov.br/selos

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: MARIA MANEA DA CRUZ
DARIU ANTONIO CARNIEL
Dou fé.

Selo Digital ATD79167 R\$ 5,30

Selo Digital ATD79168 R\$ 5,30

Código do Ato: 22 ISSQN: R\$ 0,53

Maria Celi de Lima Ferreira

Maria Celi de Lima Ferreira - Tabelião

São José dos Quatro Marcos - MT 06 de maio de 2016

Maria Celi de Lima Ferreira

2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Estado de Mato Grosso - Poder Judiciário - Cid. Serrote: 168 - Atlas de Notas e Registro
Tabelião: Maria Celi de Lima Ferreira
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 953 - Centro - São José dos Quatro Marcos - MT - CEP: 3251-1451 Consultar: www.tj.mt.gov.br/selos

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: CARLOS ROBERTO
BIANCHI ELIAS MENDES LEAL FILHO
Dou fé.

Selo Digital ATD79169 R\$ 5,30

Selo Digital ATD79170 R\$ 5,30

Código do Ato: 22 ISSQN: R\$ 0,53

Maria Celi de Lima Ferreira

Maria Celi de Lima Ferreira - Tabelião

São José dos Quatro Marcos - MT 06 de maio de 2016

Maria Celi de Lima Ferreira

2º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL, PROTESTO E PESSOA JURÍDICA
Estado de Mato Grosso - Poder Judiciário - Cid. Serrote: 168 - Atlas de Notas e Registro
Tabelião: Maria Celi de Lima Ferreira
Av. Dr. Guilherme P. Cardoso, 953 - Centro - São José dos Quatro Marcos - MT - CEP: 3251-1451 Consultar: www.tj.mt.gov.br/selos

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: ANTONIO XAVIER DE
ARAUJO
Dou fé.

Selo Digital ATD79171 R\$ 5,30

Código do Ato: 22 ISSQN: R\$ 0,27

Maria Celi de Lima Ferreira

Maria Celi de Lima Ferreira - Tabelião

São José dos Quatro Marcos - MT 06 de maio de 2016

Maria Celi de Lima Ferreira
Notária e Registradora